quadrados regulares, tracejada, com as iniciais S. P. C. V. entre os braços da cruz e um rebordo na base do botão;

e) Nas golas dos uniformes, são usados discos de esmalte branco com Cruzes Vermelhas;

f) Na parte superior dos bonés, discos de esmalte branco com Cruzes Vermelhas. Na parte inferior o número da companhia, em metal amarelo.

Art. 42.º Os capotes do pessoal equiparado a praças de pré são do tipo dos capotes das praças de pré de infantaria.

a) As divisas, conforme a alínea a) do artigo 40.º, são assentes sobre pano carmesim para o pessoal técnico e sobre pano preto para o restante pessoal;

b) Nas golas, discos de esmalte branco com a Cruzes Vermelhas;

c) Os capotes são afastados do chão, 0^m,30.

Regulamentos internos

Art. 43.º Em conformidade com este regulamento geral, serão organizados pela Inspeção Geral, com a aprovação da Comissão Central, os regulamentos internos indispensáveis.

Disposições transitórias

Art. 44.º Todo o pessoal não técnico equiparado a oficial do serviço de saúde da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, existente à data deste regulamento, apresentará os seus documentos em conformidade com os artigos 19.º e 20.º para serem apreciados e lhes serem conferidas pelo Ministério da Guerra as graduações que lhes competirem.

Art. 45.º Os aspirantes de maqueiros e os aspirantes escrivães, devidamente habilitados, formarão um quadro por antiguidade dentro de cada companhia.

§ único. Os aspirantes escrivães que excederem, ou que não obtenham classificação em concurso, serão considerados supras, preenchendo as vagas que se forem dando e a que concorrerão.

Art. 46.º As ambulâncias passam a denominar-se companhias.

Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1917.— *António José de Almeida*—*Brás Mousinho de Albuquerque*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

LEI N.º 680

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Para regular o funcionamento do serviço da hora legal, conforme o estabelecido no decreto n.º 1:469, de 30 de Março de 1915, é instituída uma Direcção, composta de um director e de um adjunto, ambos

oficiais de marinha com tirocínio no Observatório Astronómico de Lisboa.

Art. 2.º É extinta a comissão nomeada pelo decreto de 20 de Outubro de 1912, que organizou este serviço.

Art. 3.º Os oficiais que compõem esta Direcção ficam, para efeitos de vencimento e de situação na arma, em condições absolutamente idênticas e com as mesmas garantias dos oficiais de marinha que desempenham o cargo de observadores chefes de serviço no Observatório Meteorológico do Infante D. Luis.

§ único. Os referidos oficiais, pela natureza do serviço, continuarão a desempenhar, cumulativa e exclusivamente, os cargos respeitantes aos serviços técnicos de navegação, organizados na Majoria General da Armada.

Art. 4.º Para despesas de expediente, gratificações a pessoal auxiliar e conservação de material, é autorizada a verba anual de 1.000\$.

Art. 5.º A Administração Geral dos Telégrafos ficam pertencendo as linhas telegráficas e telefónicas necessárias a este serviço, assim como o cuidado da sua conservação.

Art. 6.º O Governo, ouvido o Observatório Astronómico de Lisboa, na parte que diz respeito à distribuição da hora legal, decretará os regulamentos necessários para perfeito cumprimento desta lei, devendo quaisquer receitas provenientes deste serviço entrar nos cofres do Estado.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Marinha, de Instrução Pública e do Trabalho e Previdência Social, a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1917.—*BERNARDINO MACHADO*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Joaquim Pedro Martins*—*António Maria da Silva*.

1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal

DECRETO N.º 3:105

Considerando que o prazo estabelecido pelo artigo 10.º (transitório) do regulamento do fundo das construções escolares, aprovado pelo decreto n.º 3:042, de 20 de Março findo, é considerado insuficiente para a apresentação dos requerimentos pedindo subsídios ou propostas de empréstimos destinados a construções escolares, nos termos das disposições preceituadas pela lei n.º 563, de 6 de Junho de 1916.

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

É prorrogado, até 15 de Maio próximo, o prazo para a entrega dos requerimentos a que se refere o artigo 10.º (transitório) do regulamento de 20 de Março de 1917.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1917.—*BERNARDINO MACHADO*—*Joaquim Pedro Martins*.